Parte 3 - Migração e estado

O impacto das migrações nas relações internacionais no século XXI

Philippe Hubert Gidon

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

GIDON, P. H. O impacto das migrações nas relações internacionais no século XXI. In: SANTOS, M. L., ANUNCIAÇÃO, C. S., and CAVALCANTI, V., eds. *Migrações e identidades: várias óticas e perspectivas* [online]. Ilhéus, BA: EDITUS, 2017, pp. 143-158. ISBN: 978-85-7455-492-1. <https://doi.org/10.7476/9788574554921.0007>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

O IMPACTO DAS MIGRAÇÕES NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO SÉCULO XXI

Philippe Hubert Gidon¹

O presente trabalho possui como meta central identificar o impacto que os fenômenos migratórios estão gerando sobre as Relações Internacionais no século XXI, entendendo-se por Relações Internacionais o campo acadêmico de estudo dos eventos que ocorrem na sociedade mundial. Para tanto, pretende-se primeiramente definir minimamente os objetos de estudo das Relações Internacionais, dando ênfase aos paradigmas vigentes na elaboração de suas mais tradicionais e ainda dominantes teorias para análise e tentativa de entendimento dos padrões de relacionamento entre sociedades.

Num segundo momento, abordar-se-á a evolução histórica das Relações Internacionais com a progressiva adaptação de seus embasamentos teóricos à lógica de globalização em embate com a lógica tradicional de Estado-nação usada como referencial teórico. Enfim, tentar-se-á mostrar como o surgimento do fenômeno migratório tem impactado as Relações Internacionais, obrigando-as a reformular suas teorias, alterar, senão substituir seus paradigmas mais fundamentais, processo ainda em curso. Não há, portanto,

1 Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Paris I Panthéon Sorbonne, França. Professor de Negociações Internacionais e Relações Internacionais na Universidade de Fortaleza (UNIFOR).

teorias consolidadas, somente esboços e tentativas de consolidação, que consigam incluir como polo pleno de força o fenômeno migratório, em interação com os polos políticos e econômicos de poder.

Tais teorias deverão permitir a termo o surgimento de uma nova grade de leitura e análise, mais confiável e legítima, dos múltiplos eventos que participam ativamente, em processos sistêmicos, da construção da sociedade mundial no século XXI. É importante notar que o presente artigo não tem a pretensão de fornecer uma visão ampla e completa do assunto, contentando-se em destacar algumas grandes características, segundo a visão do autor, portanto parcial, mas procurando evitar o quanto for possível, considerado o espaço disponível para tal, um simplismo caricatural no precioso entendimento de que as Relações Internacionais têm plena condição de oferecer para a comunidade científica.

Referências fundamentais das Relações Internacionais enquanto campo de estudos acadêmicos

As Relações Internacionais (RI) constituíram-se como área formal de estudos acadêmicos em 1919, na Universidade de Aberystwyth, no País de Gales, Reino Unido, com a inauguração da sua primeira cátedra de RI, fazendo dela a mais recente área de estudo em ciências sociais e humanas. A iniciativa partiu de uma necessidade identificada logo depois da Primeira Guerra Mundial, a saber, o entendimento mais assertivo dos processos que levam as guerras. Quais são os fatores que levam ao estado de guerra? Como podem esses fatores ser trabalhados de forma a maximizar a manutenção da paz? Essas são algumas das perguntas mais tradicionais que as Relações Internacionais tentam responder. Em poucos anos, consolida-se como nova área de estudo, tanto na Europa, inicialmente no Reino Unido, França e Alemanha, como nos Estados Unidos.

A verdadeira notoriedade desta nova disciplina é conquistada, todavia, depois da Segunda Guerra Mundial, em renovada tentativa

de entender e administrar de forma mais eficaz os processos de guerra e de paz, de conflito e de cooperação, que constituem em si os eixos fundamentais dos estudos de Relações Internacionais, em torno dos quais são elaboradas teorias e visões de funcionamento da sociedade mundial. Passam a integrar progressivamente os *campi* nos cinco continentes. Assim, no Brasil, o primeiro curso de RI é criado na Universidade de Brasília (UnB), nos anos setenta.

Feitas essas considerações iniciais, costuma-se definir o objeto de estudo das Relações Internacionais conforme proposta de Pecequillo:

Assim define-se como objeto de estudo das Relações Internacionais os atores, acontecimentos e fenômenos que existem e interagem no sistema internacional, ou seja, além das fronteiras domésticas das sociedades. (...) As Relações Internacionais consistem em uma forma organizada de pensar as relações sociais que se estabelecem além das fronteiras dos Estados, fornecendo-nos parâmetros e instrumentais para interpretar e compreender este campo de ação externo (PECEQUILLO, 2004, p. 15).

As Relações Internacionais constituem, portanto, uma área de estudo tipicamente transdisciplinar, cuja meta central é entender e analisar um mesmo evento, fenômeno, traçar um perfil de atuação de atores sob diversos ângulos, entre outros, econômico, político, sociológico, histórico, de forma a identificar possíveis padrões e tendências. Ao analisá-los, ao cruzar as análises, os pesquisadores em Relações Internacionais tentam extrair elementos fundamentais que permitam explicar os comportamentos das sociedades no ambiente internacional.

De fato, até o século XX, pensar o internacional era uma tarefa distribuída entre as diversas ciências sociais, não havendo uma identidade particular da área (PECEQUILLO, 2004, p. 17). Costumava-se estudar o internacional de forma segmentada, faltando, portanto, uma visão mais integrada e organizada das muitas ocorrências e de suas consequências sistêmicas em nível mundial, lacuna esta preenchida pelas Relações Internacionais.

Como em qualquer outra área de conhecimento, a elaboração de teorias embasa e legitima possíveis grades de leitura dos referidos fenômenos. O contexto histórico de formação das sociedades europeias modernas, com o surgimento do Estado-nação, cujo nascimento oficial é historicamente ligado à Paz da Vestefália (1648), constituiu o referencial maior para a elaboração das teorias tradicionais, até hoje dominantes, em Relações Internacionais. Das cinzas da Idade Média nascia uma nova organização societal, tendo como pedra angular o conceito de Estado-nação. O paradigma vigente em RI coloca assim o Estado-nação e seus princípios fundamentais de funcionamento no centro das atenções dos estudiosos e elaboradores de teorias para entendimento dos eventos mundiais. Com a figura do Estado-nação, entendem-se mais especificamente as noções de território, fronteira, independência, soberania e não ingerência em assuntos de cada unidade estatal, formalizados em acordos, tratados e normas constituindo em seu conjunto o que chamamos hoje de Direito Internacional, mais comumente denominada de estrutura vestefaliana ou westfaliana das Relações Internacionais. Há também de ser lembrado que, no entendimento comum, a missão maior de um Estado-nação é proteger seu território e população, favorecendo a convivência pacífica interna e defendendo-a de qualquer tipo de ameaça interna ou externa, ficando as RI concentradas no estudo dos perigos externos.

É baseado nesse paradigma que as duas maiores referências teóricas das RI foram elaboradas no decorrer do século XX, seja para apoiar e fortalecer o Estado-nação no cumprimento de suas missões junto à sua população e território, caso da teoria dita realista, ou para, ao contrário, tentar limitar e regulamentar ao máximo o raio de atuação do Estado-nação, considerado uma ameaça à liberdade individual e ao estado de paz, caso da teoria liberal, que, em suas primeiras vertentes no início dos anos 1920, foi conhecida como teoria idealista. Tal teoria nasceu de uma visão na época revolucionária quanto à necessidade de reforma profunda nos relacio-

namentos interestatais proposta pelo presidente norte-americano Woodrow Wilson, em seu hoje famoso discurso dos 14 pontos².

Independentemente da abordagem teórica tradicional, e como já mencionado, dominante, há um consenso sobre o papel central do Estado-nação, sua missão fundamental, razão de ser: a proteção do território e de sua população. Em tal contexto, a fronteira constitui o símbolo mais marcante destas abordagens, muito vivo e motivo de conflitos até os dias atuais na tentativa de manutenção, a todo custo, da estrutura westfaliana de convivência dos Estados-nação, em meio a perturbações da ordem estatal tal qual estabelecida nos últimos 300 anos, consequência do surgimento de novos polos de força, tanto econômicos como sociais e culturais. Não por acaso, a geopolítica, que concentra seus estudos nos impactos da geografia, ou seja, das fronteiras, melhor dizendo, da segurança das fronteiras, sobre as decisões político-militares, consolidou-se como campo de estudos norteador das ações do Estado-nação para cumprimento de suas missões em ambiente cada vez mais competitivo e desafiador.

Evolução das RI com o surgimento de novos polos de poder

Até 1945, o Estado-nação detinha monopólio das RI. A convivência internacional era orquestrada e controlada por estas entidades, que atuavam servindo seus interesses nacionais em ambiente

2 Discurso proferido pelo presidente Woodrow Wilson, em 8 de janeiro de 1918, para o Congresso norte-americano no qual lista uma série de propostas para estabelecimento de novas regras de convivência internacional que deveriam favorecer a paz. Destacam-se entre os 14 pontos, o ajuste de algumas fronteiras no continente europeu, o fim da diplomacia secreta, a livre circulação dos navios nos mares, o direito à autodeterminação dos povos ainda vivendo sob o jugo colonial e a criação de uma sociedade internacional que deveria servir de foro para resolução pacífica dos atritos entre Estados-nação. Embasou as condições da criação frustrada da Liga das Nações, embrião da futura Organização das Nações Unidas, após a Segunda Guerra Mundial.

competitivo. A lógica de Estado imperava sem concorrência, exercendo controle total sobre as 4 grandes liberdades de circulação, a saber: a livre circulação de bens, de serviços, de capital e de pessoas.

É o apogeu do *High Politics*, um termo surgido durante a Guerra Fria para designar todo e qualquer assunto diretamente ligado à segurança e defesa do território e de sua população, devendo, portanto, ser considerado prioridade máxima, interesse nacional prioritário. Estudiosos realistas cunharam este termo refletindo ensinamentos de Maquiavel e Hobbes sobre a necessidade de manutenção de ordem e tratamento diferenciado que há de ser outorgado aos líderes da nação, responsáveis pela sobrevivência da coletividade que representam.

O poder político militar forma o eixo do *High Politics*, enquanto assuntos econômicos, sociais e culturais são tradicionalmente considerados *Low Politics*, tratados como forças subordinadas aos interesses prioritários do *High Politics*. Tal dicotomia é hoje motivo de muitos debates, devido à crescente força dos poderes econômicos e sociais nas sociedades do século XXI, em pleno movimento globalizante, levando à redefinição desses dois conceitos. Ainda assim, costuma ser usado, na seara dos realistas, como referencial básico e guia de análise dos eventos para estabelecimento de ações a serem implementadas, tendo sempre, como pano de fundo, o fortalecimento do Estado-nação enquanto pedra angular para sobrevivência das sociedades, conforme a visão westfaliana.

O poder político dominou, portanto, a cena internacional até a primeira metade do século XX, submetendo qualquer outra força econômica ou social aos seus interesses. Os excessos nacionalistas derivados desta configuração de competição interestatal exacerbada provocaram dois conflitos de dimensão mundial, levando os líderes, em um movimento conjunto de preocupação quanto a não repetição dessas atrocidades, a implementar, a partir de 1945, uma série de medidas que iriam alterar algumas dinâmicas deste tradicional relacionamento interestatal.

A principal iniciativa da então denominada “nova ordem mundial” incluía a criação de organizações internacionais, espaços neutros de relacionamento entre Estados-nação, incentivando a cooperação para resolução de conflitos, fruto da abordagem liberal sobre os mecanismos de manutenção da paz. Ainda assim, os Estados, únicos membros formais destas organizações, continuaram exercendo um poder direto, mesmo que diluído, nas condições de relacionamento das sociedades. Assim, os princípios westfalianos a partir dos quais foi construída a identidade do Estado-nação foram reiterados nos tratados fundadores da Organização das Nações Unidas (ONU). O *High Politics* foi também motivo de cuidados especiais em uma demonstração de força de um punhado de Estados que conseguiu impor uma estrutura especial concentradora de poderes para tratamento exclusivo dos assuntos de segurança, paz e guerra, o Conselho de Segurança da ONU, maior símbolo da manutenção de uma visão estatal centrada das RI.

Em paralelo, esses mesmos Estados repensaram as fórmulas de organização econômica de forma a favorecer o princípio de cooperação no âmbito econômico, seguindo então preceitos liberais clássicos de liberação dos mercados e livre circulação de mercadorias, bens e serviços. Garantir a prosperidade, bem-estar da população e ambiente pacífico foram os alicerces usados na construção de outro tipo de organização internacional, os blocos econômicos. Os Estados incentivaram, organizaram os quadros jurídicos e técnicos, até financiaram esta reconfiguração econômica e financeira. Saltos tecnológicos em comunicações e transportes maximizaram o sucesso da empreitada iniciada nos anos 1950. O movimento globalizante moderno nascia e, com ele, surgia um novo polo de poder, as empresas transnacionais que, rapidamente, aprendem a manipular ao seu favor as ferramentas disponibilizadas e conquistam relativa independência do tradicional poder estatal. Duas lógicas dissonantes se enfrentam: a lógica de Estado e a lógica da globalização, encarnada, naquele momento, pelas transnacionais, representando o poder econômico e financeiro privado.

O Estado nação, por índole e natureza, tende a possuir e defender interesses nacionais. Ainda assim, havia certo entendimento sobre a vantagem em incluir o interesse nacional em um conjunto maior, o bloco econômico. Apesar de o Estado manter um papel central na administração do conjunto, em nível estratégico (*“upper level”*) havia necessidade de transferências de poder sobre a administração de suas políticas no dia a dia (*“lower level”*). A principal consequência reside no fato de o Estado, por ter interesse em participar do *upper level*, acabar aceitando maiores concessões nos arranjos e regras implementadas no *lower level*, conforme explicitado por Gehring:

A instituição força o ator Estado a subordinar um de seus interesses a outro. Se ele está mais interessado na cooperação “upper level”, ele deve conter-se em perseguir seus interesses nos processos de decisão do “lower level”, dentro dos limites determinados por regras procedimentais. Se ele considera que seus interesses nos processos de “lower level” são suficientemente importantes para desobedecer estes limites e rejeitar as regras procedimentais, ele precisa denunciar seu acordo prévio formalizado no “upper level” e pode levantar questões sobre sua participação na instituição. A “política da cadeira vazia” francesa em 1965/66 ilustra esse efeito e enfatiza o custo enorme envolvido no uso desse mecanismo”³ (tradução livre do autor) (GEHRING, 1996, p. 244).

3 “The institution forces a state-actor to subordinate one of his interests to the other. If he is primarily interested in upper level cooperation, he must confine himself to pursuing his interests in the lower level decision processes within the limits of existing procedural rules. If he considers his interests within a lower level process important enough to disobey these limits and reject the procedural rules, he must withdraw his prior agreement at the upper level and may have to put into question his future participation in the institution at large. The French “policy of the empty chair” in 1965/66 illustrates this effect and draws attention to the enormous costs involved in employing this mechanism.”

Tal mecanismo podou a liberdade de atuação do Estado. As crescentes transferências de soberania, aliadas à emancipação das empresas que até então o Estado protegia, caracterizam um dos aspectos da globalização tal qual a vivenciamos.

O polo de poder econômico consolidou-se ao longo das últimas décadas e usou, inclusive, sua força para, em parte, tentar escapar dos controles do Estado e maximizar seu retorno financeiro. Atividades criminais econômicas e financeiras multiplicaram-se e prejudicaram a arrecadação do Estado, portanto, sua consequente capacidade de manutenção do quadro de proteção à população, provocando brigas homéricas sobre a natureza de operações trianguladas na esfera privada, metodologias de fiscalização e controle no respeito a regras impostas, mas porosas no mundo globalizado, onde novas ferramentas, especialmente tecnológicas, permitiram derrubar fronteiras à revelia da vontade estatal.

Assim, o uso do econômico pelo político, em sua lógica de *High Politics*, gerou frutos inesperados para os Estados. O econômico, contra expectativas iniciais, ganhou vida própria. As noções tradicionais de território e fronteira, enquanto responsabilidade exclusiva da entidade estatal, foram desmoronando e até mesmo varridas em determinados casos, especialmente, na área financeira. A crescente incapacidade do Estado em fiscalizar e administrar de forma eficaz a circulação de bens, serviços e capitais, três das quatro grandes liberdades de circulação tradicionalmente controladas pelo Estado, afetou profundamente a imagem deste perante sua população. Parecia dar sinais claros de incompetência em suprir suas mais básicas missões. A crise de 2008 e a necessária intervenção estatal, à custa de muitos endividamentos para salvar aquele poder em apuros, foram identificadas por líderes políticos como a oportunidade para redefinir as regras do jogo empresarial e financeiro em nível internacional. Mas as promessas de reforma feitas logo depois da crise não surtiram ainda em ações concretas, tendo como resultado prático um Estado agora mais do que nunca enfraquecido e questionado: como controlar fronteiras em um mundo globalizado?

As escolas realista e liberal, assim como suas subcorrentes, incorporaram em seus estudos e teorias a existência agora incontornável de dois polos de poder, o político e o econômico, consolidados e, portanto, capazes de influenciar decisões e implementar ações que terão efeitos diretos sobre a qualidade e o perfil dos relacionamentos entre sociedades, sem todavia conseguir enxergar claramente as consequências de tais comportamentos sobre as populações, já que um terceiro polo de poder, até o momento menosprezado pelas teorias tradicionais de RI, surge no horizonte: o polo de poder social e cultural envolvendo indivíduos e sociedade civil.

O fenômeno migratório e seu impacto nas Relações Internacionais

As RI estão enfrentando desafios de grandes proporções em suas tradicionais grades de leitura dos eventos em nível mundial. A globalização tem complicado bastante a análise dos fenômenos ocorrendo diariamente no planeta Terra. Polos múltiplos de poder tanto políticos como econômicos, locais, nacionais, transnacionais, supranacionais, divergentes em seus interesses, podendo alternadamente compor ou enfrentar-se dependendo dos palcos nos quais se encontram, geram mudanças rápidas de contextos, criam novos referenciais em um conjunto multidimensional, aparentemente caótico, difícil portanto de ser apreendido, analisado e entendido.

Para completar a complexidade do quadro, um novo polo de poder tem se consolidado nos últimos 15 anos, identificado por uma de suas expressões mais impactantes, o fenômeno migratório das populações ao redor do mundo. O fator humano está finalmente expressando de forma mais visível a sua natural capacidade de influenciar e ditar novos referenciais.

Nas teorias de RI mais tradicionais, o fator migratório sempre foi considerado como mera consequência de atividades econômicas (os migrantes) ou geopolíticas (os refugiados), revestindo

normalmente um caráter transitório, pontual, neste último caso. As migrações, apêndice de outros centros de força, tenderam a ser marginalizadas ou mesmo menosprezadas em termos de impacto, deixando de ser, portanto, tema central de preocupação e estudos em RI.

Mas a situação evoluiu de uns anos para cá. Os volumes do fenômeno migratório aumentaram significativamente passando de 155 milhões de pessoas em 1990 para estimadas 215 milhões de pessoas em 2010 (PNUD, 2009). O fenômeno diz respeito a somente 3% da população mundial, mas cresce em ritmo acelerado.

Da mesma forma, os motivos que levam aquelas pessoas a decidir pela migração se diversificaram. Das tradicionais necessidades econômicas e perseguições políticas ou religiosas, temos agora os refugiados oriundos de Estados falidos, em processo de guerrilhas e guerras civis, os refugiados climáticos com clara e infeliz tendência de crescimento no decorrer do século XXI.

Por fim, o perfil das migrações diversificou-se tanto geograficamente com a crescente representatividade das migrações regionais do tipo “sul-sul”, incentivadas pelas iniciativas de integração de países vizinhos nos cinco continentes, chegando a níveis comparáveis às tradicionais migrações “sul-norte”, quanto socialmente com a crescente representatividade de pessoas forçadas a fugir da morte, e não simplesmente da miséria, como testemunham os recentes movimentos massivos de migrações da população síria seja junto a países fronteiriços no Oriente Médio seja para o continente europeu.

A globalização configura-se, portanto, como uma globalização das migrações, em um movimento perene com sua própria lógica, intensificado pelas características interdependentes típicas do mundo globalizado (HOLLIFIELD, 2012), um conceito de interdependência que tende a substituir o conceito westfaliano de independência plena, forçando os Estados-nação a uma adaptação frequentemente relutante de seu *modus operandi*.

O fenômeno migratório passou a ser gradativamente considerado nas RI como nova força globalizante, mesmo que timidamente. Entende-se por força um fenômeno que não pode ser entendido como simples consequência, mas também como fator gerador de causa transformadora, assim como as forças políticas, econômicas e financeiras. Ainda assim, o tema migração como força globalizante continua sendo motivo de debate em muitos círculos de estudo em RI, levando a renomada pesquisadora De Wenden a declarar:

A apreensão de tal tema do ponto de vista das Relações Internacionais só foi objeto de investigações parciais e poucas reflexões globais foram elaboradas sobre o assunto. Alguns tentaram elaborar uma teoria das migrações no campo econômico, essencialmente. Mas a teorização global das migrações sempre fracassou por causa da natureza pluridisciplinar do objeto. (...) A inscrição das migrações nas Relações Internacionais comporta uma dimensão ainda nova e frequentemente ilegítima. As migrações são um elemento que incomoda e desconstrói a ordem internacional clássica onde o migrante vira um ator que desafia a ordem estatal westfaliana (tradução livre do autor) (DE WENDEN, 2010, p. 18)⁴

Esse movimento nas RI foi encorajado também porque o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) reconheceu, em seu relatório de 2009 intitulado “Ultrapassar barreiras: mobilidade e desenvolvimento humanos”, que a mobilidade, ou seja, o fator migratório, era um fator essencial de

4 “L’appréhension d’un tel thème du point de vue des relations internationales n’a fait l’objet que d’investigations partielles et peu de réflexions globales ont été menées sur le sujet. Certains se sont essayés à élaborer une théorie des migrations, dans le champs économique surtout. Mais la théorisation globale des migrations a toujours échoué à cause de la pluridisciplinarité de l’objet. (...). L’inscription des migrations dans les relations internationales comporte une dimension encore nouvelle et souvent illégitime. Les migrations sont un élément qui dérange et déconstruit l’ordre international classique et le migrant devient un acteur qui défie l’ordre étatique westfalien”.

desenvolvimento humano que não podia mais ser ignorado no mundo globalizado atual.

Perdura uma visão ainda um tanto negativa do fator migratório, do ponto de vista das RI, especialmente quando abordado pelo prisma do Estado na visão realista. A última liberdade de circulação ainda sob controle direto do Estado, a livre circulação de pessoas, estaria iniciando seu movimento de “independência” das considerações estatais, gerando um dilema de segurança, uma ameaça à ordem estabelecida, já que há necessidade de acolhimento de migrantes em certas sociedades, migrantes que, por sua vez, representam uma ameaça à manutenção da identidade tradicional daquela sociedade (MITCHELL, 2012). Ao perder capacidade efetiva de controle da circulação das pessoas, após ter perdido parte significativa dos controles referentes à circulação de bens, serviços e capitais, levam alguns pesquisadores a acreditar que a razão de ser do Estado-nação está em xeque, já que, além do conceito de fronteira já cambaleante em contexto de globalização e ameaçado com tais movimentos, as noções de soberania e cidadania são colocadas em pauta com o fenômeno migratório (DE WENDEN, 2010).

Por sua vez, a vertente liberal, apesar de colocar o indivíduo, a liberdade do indivíduo no centro de suas atenções e tendo como eixo de realização individual a atividade econômica, priorizada, tendeu, em sua lógica fria de retorno e lucro, à mercadorização da mão de obra como mero fator de produção sujeito à alocação e realocação em função de necessidades econômicas, em um pensamento racionalista extremo que desconsiderou a dimensão humana e suas lógicas específicas, inclusive para entendimento dos movimentos migratórios, constituindo, segundo Hollifield, o grande paradoxo liberal (HOLLIFIELD, 1993).

Houve, claro, avanços nas Organizações Internacionais a favor do reconhecimento e enquadramento do fenômeno migratório. Pode-se citar o Estatuto do Migrante assinado em 1990, que só entrou em vigor em 2003, quando as nações ricas, até então pouco interessadas e até amedrontadas pelas ambições consideradas audaciosas

do tratado (THIOLLET, 2010), quiseram, por motivos geopolíticos, em período pós-ataques, controlar de forma mais efetiva tais movimentos. Na primeira década do século XXI, o Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, promoveu diálogos entre Estados, grupos empresariais e a sociedade civil (representada por ONGs e associações diversas) sobre o tema das migrações. As posturas pouco abertas, os interesses divergentes das partes e o ambiente de crise generalizada penalizaram as negociações, sem resultados tangíveis até o presente momento.

O fenômeno migratório questiona a estrutura westfaliana de RI e consequente sobrevivência do Estado-nação. Se para algumas vertentes, tais tendências são perigosas para o Estado-nação, outras identificam o perigo migratório como oportunidade para que ele consiga reforçar-se e voltar a controlar com mais eficácia suas fronteiras em um movimento protecionista generalizado, em corrente contrária à globalização, não somente para pessoas, mas também para bens, serviços e capitais. Por fim, outras correntes sublinham a necessidade de reforma das estruturas internacionais, com novas regras de governança refletindo melhor a importância dos países emergentes, incluindo-os nos mecanismos de decisão ou até mesmo propondo a inclusão de partes representativas dos interesses corporativos e da sociedade civil nos processos de elaboração de regras, em pé de igualdade com os Estados.

Todavia, a ausência de teoria consolidada que consiga incorporar esse terceiro polo de força em suas análises prejudica o entendimento mais claro e sistêmico do impacto deste nas RI durante o século XXI. As lógicas desta força são difusas. A racionalidade científica aplicada no estudo das forças políticas e econômicas (poder e lucro) não consegue ser aplicada de forma tão sistemática para a análise da força migratória, exigindo, mais do que nunca, uma visão transdisciplinar que possa abarcar aspectos humanos individuais e coletivos, racionais e irracionais, em meio a contextos políticos e econômicos em constantes mudanças, interagindo entre si.

As Relações Internacionais, enquanto campo acadêmico de pesquisa, têm dependido do paradigma westfaliano de entendimento do mundo na elaboração de suas teorias mais tradicionais, realista e liberal, incluindo suas diversas vertentes, estreitando, portanto, seus objetos de estudo a, primeiramente, o polo de força político-militar, como principal, senão único polo de força norteador na construção de sucessivas ordens mundiais, para, a partir da segunda metade do século XX, incorporar o polo econômico como novo polo de poder, em competição direta com os tradicionais interesses políticos, resumidos na expressão *High Politics*.

A lógica do Estado, já prejudicada com o surgimento das Organizações Internacionais, foi desafiada e progressivamente limitada pela lógica da globalização, a ponto de prejudicar o Estado-nação no cumprimento de suas mais básicas missões. As liberdades de circulação de bens, serviços e capitais, até então sob controle total dos Estados, foram grandemente ampliadas favorecendo o setor empresarial e financeiro privado, chegando a eliminar, em certos casos, a própria noção de fronteiras, característica fundamental na construção de identidade da entidade estatal. Mais recentemente, o fenômeno migratório veio perturbar ainda mais a noção de fronteiras. O aumento significativo dos volumes migratórios, aliados ao seu perfil e motivações colocou em pauta a capacidade de o Estado-nação manter controle factual da quarta e última liberdade de circulação historicamente sob sua responsabilidade, a circulação de pessoas, pondo em risco a própria sobrevivência da estrutura westfaliana. O fenômeno migratório, por isso mesmo, impôs-se aos estudiosos de RI como fator incontornável para entendimento dos movimentos de força em ação para construção da sociedade mundial no decorrer do século XXI. Apesar de reconhecer a existência do fator migratório, as RI estão engatinhando em seu processo de elaboração de teorias que consigam incluir e considerar o polo de poder migratório em pé de igualdade, em sua capacidade de influência dos eventos em nível mundial com os polos de poder político e econômico, com os quais interage.

Referências

DE WENDEN, Catherine W. **La question migratoire au XXI^e siècle** – Migrants, réfugiés et Relations Internationales. Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques – Science Po Les Presses, Paris, 2010

HOLLIFIELD, James F. **Immigration et logiques d'États dans les relations internationales**. Erudit – Études Internationales, v. 24, n. 1, 1993, p. 31 a 50. Disponível em: <<http://id.erudit.org/iderudit/703126ar>>. Acesso em: 15 set. 2015.

HOLLIFIELD, James F. **Why do States risk migration?** Paper prepared for IPSA's 22nd world congress of political Science, Reshaping Power, Shifting Boundaries, Madrid, Spain, v. 8, n. 12, July. 2012. Disponível em: <http://paperroom.ipsa.org/papers/paper_25254.pdf>. Acesso em: 13 set. 2015.

GEHRING, Thomas. **Integrating Integration Theory:** Neo-functionalism and International Regimes. Global Society, v. 10, n. 3, p. 225-253. 1996.

MITCHELL, Matthew I. **The perils of population movements in International Relations:** new directions for rethinking the migration-conflict nexus. Edmonton, CA, 2012. Disponível em: <<https://www.cpsa-acsp.ca/papers-2012/Mitchell2.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

PECEQUILO, Cristina S. **Introdução às Relações Internacionais** – Temas, atores e visões. Editora Vozes, 3. ed. 2004.

PNUD **Relatório de Desenvolvimento Humano 2009**. Ultrapassar Barreiras: mobilidade e Desenvolvimento Humano. Pnud, NYC, 2009. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/hdr/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais.aspx?indiceAccordion=2&li=li_RDHGlobais#2009>. Acesso em: 12 ago. 2015.

THIOLLET, Hélène. **Migrations et Relations Internationales** – Les apories de la gestion multilaterale des migrations internationales? Transcontinentales (en ligne) 8/9, 2010. Acesso em: <<http://transcontinentales.revues.org/787>>. Acesso em: 19 ago. 2015.